

O TERCEIRO SETOR E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO: COMPREENDENDO AS ATIVIDADES DE UMA COOPERATIVA DE APICULTORES

Moisés de Assis Alves Soares^{1*} e Alysson André Regis de Oliveira^{2*}
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba^{*}
moisesadm@hotmail.com^{1*} / alysson.oliveira@ifpb.edu.br^{2*}

Artigo submetido em 14/10/2018/20xx e aceito em xxxx/20xx

DOI: 10.15628/holos.2016.xxxx

RESUMO

O estudo versa sobre a articulação que potencializa a dinâmica do diálogo em defesa dos três sustentáculos elementares que compõem a sociedade contemporânea: o Estado, o mercado (cooperativas) e o Terceiro Setor. Desse modo, o estudo objetiva compreender as atividades da Cooperativa dos Apicultores de Itaporanga e Região (CAPIR) e sua relação com o Estado. O *locus* de investigação é a CAPIR, inserida no Programa de Redução da Pobreza Rural (PRPR), com ações direcionadas para sua atuação antes da parceria firmada com o Projeto Cooperar, vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado da Paraíba, e seus resultados após a parceria. A pesquisa é de caráter qualitativo e descritivo, em que se utilizou a estratégia de estudo de caso único, o

tratamento dos dados se deu por meio do NVIVO (versão 8.0) e foi utilizado juntamente com uma abordagem indutiva sob análise temática de conteúdo (BARDIN, 2011; MINAYO, 2010), desenvolvida com dados obtidos por entrevistas semiestruturadas realizadas junto aos cooperados com uso da técnica não probabilística de *snowball* e com o agente regional do Cooperar que acompanhou o projeto em toda sua extensão. Os resultados apontaram que a contribuição do cooperar foi essencial no processo de crescimento da CAPIR e desenvolvimento socioeconômico de seus cooperados, revelando o esforço multifuncional que perpassa a ação desse tipo de cooperação.

PALAVRAS-CHAVE: Terceiro Setor. Cooperativismo. Projeto Cooperar da Paraíba. CAPIR.

THE THIRD SECTOR AND ITS RELATIONSHIP WITH THE STATE: UNDERSTANDING THE ACTIVITIES OF A BEEKEEPING COOPERATIVE

ABSTRACT

The study deals with the articulation that enhances the dynamics of dialogue in defense of the three basic elements that make up contemporary society: the State, the market (cooperatives) and the Third Sector. Thus, the study aims to understand the activities of the Cooperative of Beekeepers of Itaporanga and Region (CAPIR) and its relationship with the State. The research locus is CAPIR, inserted in the Rural Poverty Reduction Program (PRPR), with actions directed to its performance before the partnership signed with the Cooperar Project, linked to the Planning and Management Secretariat of the Paraíba State Government, and results after the partnership. The research was qualitative and descriptive, using the single

case study strategy, the data treatment was done through NVIVO (version 8.0) and was used together with an inductive approach under thematic analysis of content (BARDIN, 2011; MINAYO, 2010), Developed with data obtained through semi-structured interviews carried out with the cooperators using the non-probabilistic technique of snowball and with the regional agent of Cooperar who accompanied the project in all its extension. The results showed that the contribution of the cooperative was essential in the CAPIR growth process and the socioeconomic development of its members, revealing the multifunctional effort involved in this type of cooperation.

KEYWORDS: Third sector. Cooperativism. Cooperar Project of Paraíba. CAPIR.

1 INTRODUÇÃO

Nas sociedades capitalistas, mudanças contínuas têm sido intensificadas no que diz respeito a uma proeminente valorização da economia, a qual, em seu amplo aspecto, é capaz de provocar inúmeras transformações no cenário socioeconômico marcado pelas misturas de vários mercados e conceitos e das hibridações organizacionais, o que inclui o Estado, o mercado (empresas) e o Terceiro Setor, submersos numa miscelânea de significados.

No que se refere ao Terceiro Setor, desvela-se, dessa maneira, um movimento de discussão revestido de uma roupagem mais empresarial, sobre as condições adversas e desafiadoras que vêm apontando para novas configurações em defesa do resgate da solidariedade e da cidadania, da humanização do capitalismo e, na medida do possível, da superação da pobreza.

Nessa ordem, percebe-se uma nova concepção da esfera pública que [re]surge como o responsável direto pela estruturação do Estado, que volta suas atenções para o Terceiro Setor por meio de ações governamentais, assumindo papel central no cenário macroeconômico, possibilitando parcerias sobre novas bases mais condizentes de políticas socioeconômicas.

Frente a esse cenário, o artigo estabelece um recorte sobre esse problema ao tentar compreender o fenômeno Terceiro Setor, submerso numa gama de contextos permeados pela "promessa" de transformação social sob uma perspectiva crítica, buscando criar um diálogo em defesa de uma tipologia organizacional, o paradigma tri-setorial subjacente, ou seja, os três sustentáculos elementares que compõem a sociedade contemporânea em nível macro: o Estado, o mercado (empresas) e o Terceiro Setor.

A partir disso, entra em cena o protagonismo do Estado na elaboração de políticas públicas, programas e projetos voltados para o incentivo ao Terceiro Setor em todo o Estado da Paraíba. Dentre tais iniciativas, destaca-se o Projeto Cooperar, que tem por objetivo financiar pequenos investimentos produtivos de uso comunitário, no intuito de melhorar a renda e as condições socioeconômicas de associações e cooperativas que sofrem as consequências dos baixos rendimentos mensais nos seus produtos, muitas vezes considerados insuficientes para expor nos espaços de comercialização.

Além de exporem aspectos informais de atividades que auxiliam na complementação da renda e diminuem os problemas relacionados à desigualdade e à pobreza dos sujeitos envolvidos, esta alternativa, quando bem aplicada ao cenário econômico marcado pelas misturas de vários mercados, reforça o processo de negociação entre os agentes oriundos dessa produção, o que permite a aderência a certas exigências do mercado de consumo, revelando o esforço multifuncional que perpassa a ação desse tipo de empreendimento.

Nesse escopo, a dinâmica do cooperativismo vem fazendo emergir um grande número de experiências do Terceiro Setor largamente influenciadas pelo ideário da "promessa" de transformação social, o que tem gerado um debate político sobre a economia ou as condições do agir econômico (FRANÇA FILHO, 2002; BACKHAUS; PEL; BAULER, 2017).

Empreender nessa dinâmica, entretanto, enseja o enfrentamento de uma miríade de dificuldades, tais como a informalidade dos associados, classificados como trabalhadores autônomos; a precariedade dos insumos de produção; a sazonalidade na demanda que, em alguns meses, é alta, mas em outros, chega a ser algo insignificante (KELLER, 2015), somadas, ainda, à ausência de competências gerenciais dos cooperados que acarretam em negociações esporádicas e inexperientes com os comerciantes, e a insuficiência de políticas públicas que deem subsídio à atividade (CANAZILLES; ALVES; MATIAS, 2015).

A cooperativa dos apicultores de Itaporanga/PB e região (CAPIR) é uma das cooperativas que recebem tal apoio do Projeto Cooperar da Paraíba e desempenha papel importante na renda familiar dos apicultores no município de Itaporanga, com o intuito de buscar resultados positivos advindos da capacidade da produção de mel, com maior qualidade, com preço mais acessível, sustentado pela lógica do lucro do mercado.

Lidar com esses aspectos tem sido um desafio para atividades cooperativistas no atual contexto globalizado. Por isso, a ação apícola desenvolvida pela CAPIR reside numa busca dedicada e obstinada por alternativas de trabalho e renda e pelo resgate da cidadania dos sujeitos marginalizados economicamente, garantindo a sustentabilidade econômica em sua produção, sem, no entanto, ocasionar sua descaracterização regional e a perda da qualidade do produto para atender a um mercado de consumo (BRANDÃO; SILVA; FISCHER, 2012). Desse modo, este estudo visa a responder à seguinte pergunta de pesquisa: **quais os impactos da relação do Estado, por meio do Projeto Cooperar, junto às atividades da Cooperativa de Apicultores de Itaporanga e Região (CAPIR)?**

E, como objetivo central, a pesquisa apontou compreender os impactos da relação do Estado, por meio do Projeto Cooperar, junto às atividades da Cooperativa de Apicultores de Itaporanga e Região (CAPIR). Para garantir o atendimento do objetivo geral, os seguintes objetivos específicos foram, inicialmente, traçados: a) descrever o conjunto de atividades desenvolvidas pela CAPIR frente a sua atuação no contexto local; b) apresentar a relação existente entre o Estado, por meio do Projeto Cooperar, e a CAPIR; c) relatar a atuação da CAPIR junto ao contexto local antes da relação existente com o Estado; d) apontar a atuação da CAPIR junto ao contexto local a partir da parceria firmada com o Projeto Cooperar.

O estudo destaca sua pertinência por elucidar o modo como o terceiro setor tem aparecido com mais destaque como uma esfera intermediária compartimentada, subsidiário, frente ao Estado e ao mercado. Junto ao Estado, evidencia-se na forma de compreender o modo como instâncias empíricas da máquina pública em ação mobilizam diretamente todos aqueles envolvidos com as políticas direcionadas para o plano nacional de parceria com o terceiro setor na busca do desenvolvimento econômico. Frente ao mercado, destaca-se o Terceiro Setor, dada sua capacidade de contribuir com a geração de novos modelos de negócios que atendem às expectativas de mercado, não só no plano nacional como também internacionalmente.

As implicações para o campo organizacional para âmbito Estadual, considerando a atuação do Projeto Cooperar, consiste na contribuição para ampliar as discussões sobre a incorporação do Estado no fortalecimento do terceiro setor. As contribuições para a CAPIR consistem na

potencialização do processo de produção e seu fortalecimento no mercado, além de contribuir na elucidação das *expertises* desenvolvidas pelos cooperados no *status* de sujeitos desse estudo, trilhando-se num contexto que extrapola a visão de empresa tradicional e sugere novas perspectivas para o campo do cooperativismo.

As contribuições do presente estudo possuem certa relevância acadêmica diante da necessidade de se desenvolverem pesquisas que ofereçam, sob o prisma da relação entre Estado e Terceiro Setor, a compreensão do modo como é estabelecido o processo de parceria, especialmente, a colaboração para o cooperativismo.

E, por fim, as contribuições para os sujeitos deste estudo consistem no reconhecimento das competências desenvolvidas pela cooperativa na comercialização do mel e seus derivados, que permitem a migração dos conhecimentos do campo tácito para o explícito, de modo a torná-lo mais acessível aos seus demais membros e desvelar os eventuais *gaps* de atuação que se apresentem.

2 O TERCEIRO SETOR: UMA BREVE DISCUSSÃO

A literatura do Terceiro Setor aponta para o entendimento do papel preponderante das organizações que atendem às crescentes demandas sociais e são capazes de adaptar o trabalho às principais demandas do mercado.

O Terceiro Setor é um termo abrangente que surgiu na primeira metade do século XX, nos Estados Unidos, e engloba uma gama de diferentes organizações com estruturas e finalidades distintas, mas que compartilham os mesmos elementos fundamentais orientados por valores que buscam metas específicas geralmente alinhadas com perspectivas sociais e políticas específicas. Autores como Brandsen e Johnston (2018) e Melo Neto e Froes (2001) compreendem dois setores econômicos clássicos da sociedade: o público, representado pelo Estado (Primeiro Setor), e o privado, representado pelo empresariado e pelo mercado (Segundo Setor).

Além de operarem em todos os níveis da sociedade, as organizações do Terceiro Setor são compostas por meio de objetivos públicos de constituição privada sem fins lucrativos, cumprindo-se a exigência de responder às necessidades coletivas, servindo de base para a solidariedade e a democratização das relações (OLIVEIRA, 2009; TENÓRIO, 2001; MEREGE; ALVES, 1997).

Abramson (2018) nos transmite a ideia de que as organizações do Terceiro Setor operam em todos os níveis da sociedade, do local ao nacional e ao internacional, e contribuem de maneira significativa para os interesses comuns, ou ações comuns que compreendem uma variedade de atividades, tais como recreativas, culturais, profissionais e comunitárias, expandindo para novos espaços sociais determinados pelas contingências e pela dinâmica dos problemas atuais.

Trabalhar com organizações do terceiro setor pode ser uma maneira eficiente de impactar as políticas públicas favoráveis ao desenvolvimento integral do homem, defendendo a participação e a parceria entre Estado, Sociedade Civil Organizada e Mercado, baseado no fortalecimento da cidadania (BRANDSEN; JOHNSTON, 2018; OLIVEIRA, 2009).

De acordo com as definições apresentadas até essa seção, autores como Borzaga, Salvatori e Bodini (2017) integram essa discussão, admitindo reconhecer a possibilidade de observar que o Terceiro Setor molda-se a partir das percepções do público sobre questões específicas, podendo direcionar-se a determinados grupos ou setores econômicos específicos, identificando questões emergentes, a exemplo das experiências coletivas de trabalho organizadas sob a forma de cooperativas e associações que surgem como medida para combater o amplo desemprego gerado pelo capitalismo neoliberal.

2.1 A atuação do Cooperativismo no Terceiro Setor

Toda prática profissional no campo do cooperativismo e do associativismo visa a adequar-se e preparar-se como força de trabalho capaz de reagir às novas exigências do mercado de trabalho globalizado. Todavia, essa força traz para si uma teoria desenvolvida em diferentes concepções e revela o objetivo de eleger aquela que mais se aproxima da ideia do envolvimento com o Terceiro Setor.

Nesse aspecto, para entender melhor o surgimento do cooperativismo no Brasil no século XIX como atividade econômica, Laville (1994) nos informa que esse surgimento está ligado aos princípios da livre associação, do cooperativismo e da autogestão, e tem se tornado cada vez mais frequente no retrato social das economias capitalistas, e tal proposta econômica, segundo Ricard (2018), emerge para as classes sociais de baixa renda como *feedback* à desocupação estrutural e ao empobrecimento resultantes do progresso da sociedade capitalista.

O desenvolvimento de práticas cooperativistas chamou atenção para reflexões sobre os novos conceitos e definições a respeito do desenvolvimento econômico e do movimento histórico para a economia do capitalismo. Segundo Schneider (2012), as mudanças econômicas, políticas e sociais estimuladas pelo modo de produção capitalista, precipuamente na conjuntura histórica de maior liberalismo econômico, contribuíram para a idealização de experiências alternativas de organização produtiva e social de natureza cooperativa e coletivista, em oposição direta aos princípios individualistas de acumulação privada, típicos daquele modo de produção.

Essa conjuntura tornou o cooperativismo difundido, tanto no setor rural, como no urbano, entendido como instrumento de desenvolvimento econômico e social, passando a figurar como fórmula organizativa a partir do surgimento das primeiras linhas de créditos específicas para os trabalhadores no final da década de 1980 (MELO; SCOPINHO, 2018).

Nesse sentido, esta descrição atenta para as objeções de se entender a essência generalizada para um assunto que ganha enredamento, diante da sua analogia com o modelo de concepção do cooperativismo, na qual é definido, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), como uma “uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns através de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida” (OIT, 2006, p. 4).

Para autores contemporâneos, como Ricard (2018), Melo e Scopinho (2018), Schneider (2012) e Benetti (1984), esses conceitos nos permitem perceber a cultura cooperativista como

uma forma de promoção social, cujos sujeitos são protagonistas de seus empreendimentos, aplicando mecanismos de cooperação e autogestão e princípios salariais concebidos pelas relações desenvolvidas com outros trabalhadores que detêm uma mesma expectativa de vida e profissão.

A ideia de atuação do cooperativismo sob o prisma do Terceiro Setor é compactuar com uma mobilização social, em função de mudar o quadro capitalista de concentração de renda e acumulação do capital, atenuando, conseqüentemente, as desigualdades sociais e a reestruturação produtiva do capital, apta em humanizar as relações de trabalho. Zanin e Gutierrez (2011) defendem que trabalhar em um sistema de cooperativismo é moldar as modernas relações de trabalho. A dependência e a segregação são substituídas pela autonomia e a colaboração, além da relevante formação de redes entre os cooperados, pois um autêntico procedimento de união e colaboração é definido com a finalidade de fortalecer os resultados gerados pela ação coletiva de todos.

Dada a necessidade de mais estudos teóricos e/ou empíricos sobre a temática aqui discutida, este estudo se propõe a iniciar um debate contextualizado que trata da relação entre o Terceiro Setor, o Cooperativismo e o Estado, numa condição de enxergar os avanços socioeconômicos da sociedade ocorridos com essas parcerias.

2.2 A relação existente entre o Terceiro Setor, o Cooperativismo e o Estado

Como maneira de ampliar sua atuação no mercado, as organizações pertencentes ao Terceiro Setor, às Cooperativas e ao Setor Público vêm desenvolvendo parcerias intersetoriais. No caso do agronegócio, elas desempenham papel fundamental para seu desenvolvimento no setor agropecuário, cabendo ao setor público oferecer infraestrutura e ao setor privado constituir a oferta de bens e serviços. Diante desse contexto, ressalta-se a importância para a atuação em conjunto entre tais setores. A relação de parceria e cooperação entre eles promove fortalecimento do cooperativismo e dos empreendimentos coletivos.

A ideia de um “Terceiro Setor” além das arenas do Estado e do mercado é provavelmente um dos conceitos mais intrigantes no discurso político e social moderno, abrangendo uma enorme diversidade de instituições e comportamentos que só recentemente foram percebidos (SALAMON; SOKOLOWSKI, 2016). Segundo Junqueira (2004), o Estado e seu aparato buscam novos formatos, democratizando suas relações e tornando-as mais suscetíveis ao controle social.

Junqueira (2004) nos diz que as transformações que vêm ocorrendo no aparato estatal brasileiro, em seus diversos níveis de governo, é um processo ainda incipiente. Os interesses privados que perpassam as estruturas organizacionais são difíceis de ser desalojados para darem lugar aos interesses coletivos. Desse modo, autores como Brandsen e Johnston (2018) e Antunes (2018) afirmam que o Terceiro Setor e as organizações cooperativas e associações, como realidades sociais, vão sendo construídas ao longo do tempo, incorporando novos atores e seus interesses, independentemente de sua posição. A capacidade dessas organizações de intervir de maneira eficaz na realidade social não depende apenas das habilidades dos atores sociais

envolvidos em ler situações, mas também na contribuição do Estado com políticas incisivas que impetram em mudanças econômicas e sociais.

As organizações do Terceiro Setor, cooperativas e associações operam em todos os níveis da sociedade e desempenham um número crescente de funções sociais, culturais e econômicas, recebendo contrapartidas do governo para atuarem nos cenários social e econômico locais.

3 TRILHA METODOLÓGICA

A pesquisa constitui em um estudo qualitativo, o que consiste na análise das expressões humanas presentes nas relações sociais, nos sujeitos e nos grupos particulares e suas representações, permitindo conhecer o objeto de pesquisa a partir da interpretação de cada um dos agentes sob a perspectiva aprofundada de um fenômeno, situação ou problema (CRESWELL, 2010; STAKE, 2009; LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005).

Foi realizado um estudo de caso único (YIN, 2005), com a finalidade de fazer uma descrição e interpretação plausível dos dados pesquisados empiricamente (LAKATOS, MARCONI, 2010), sendo esta interpretação realizada mediante a escolha do tópico de investigação, o que pode propiciar novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias no percurso da investigação para a construção do marco teórico conceitual (MINAYO, 2010).

Dentre as variações do estudo de caso, foi selecionado, neste formato, o caso único em que a atenção é destinada a várias subunidades (YIN, 2005). Selecionamos, assim, a CAPIR como o caso abordagem, tendo como subunidades de análise suas atividades desenvolvidas frente à atuação no mercado local e sua relação existente com o Estado, por meio do Projeto Cooperar. Nesse aspecto, os sujeitos da pesquisa são os associados à Cooperativa dos Apicultores de Itaporanga e Região e o agente regional do Projeto Cooperar da Paraíba.

A coleta de dados foi efetuada por meio de entrevistas semiestruturadas junto aos associados da CAPIR, observação e documentos (YIN, 2005; MINAYO, 2010), as quais possibilitaram reunir informações que ressaltaram características-chave dos informantes. Tais informações serviram como instrumentos de análise decisiva no processo de compreender os impactos da relação entre o Projeto Cooperar e as atividades da CAPIR. As entrevistas se processaram de duas maneiras distintas: 1) foram realizadas entrevistas com três associados da CAPIR; e 2) uma entrevista com um dos agentes regionais do Projeto Cooperar da Paraíba.

Os contatos com os cooperados foram realizados no período de setembro a outubro de 2018. Já a entrevista com o agente regional do Projeto Cooperar da Paraíba deu-se na tentativa de compreender quais as contribuições do Estado no processo de maturação e desenvolvimento da CAPIR, frente ao mercado. Sendo assim, o material coletado com os sujeitos em diferentes posições do discurso alargou o potencial elucidativo das informações angariadas.

Os associados à CAPIR foram selecionados conforme a técnica não probabilística *snowball*, que consiste na escolha de um e/ou dois cooperados que exercem funções de presidente e tesoureiro na cooperativa. A partir deles, entrevistamos os sujeitos seguintes. Isso se deu de

maneira sucessiva até se chegar ao número de entrevistas necessárias (BALDIN; MUNHOZ, 2011), atingindo o *critério de saturação*, isto é, quando o conhecimento formado pelo pesquisador possibilitar entender a lógica interna da coletividade em estudo (MINAYO, 2010).

Após a coleta dos dados qualitativos e a transcrição das entrevistas realizadas, foi utilizado como suporte o *software* NVIVO em sua versão 8.0, que auxiliou na codificação dos dados, seleção das unidades de significado e suas categorias de base para a análise das informações. Por se tratar de um *software* de informação qualitativa, o processo de codificação do NVIVO facilitou no processo analítico do material coletado e garantiu o esforço de interpretar os dados. O supracitado *software* foi utilizado juntamente com uma abordagem indutiva sob a análise temática (BARDIN, 2011).

A análise de conteúdo foi efetuada com base em categorias para análise temática (BARDIN, 2011; MINAYO, 2010), que desmembrou o texto em unidades e subunidades que priorizaram aspectos referentes à descrição do conjunto de atividades desenvolvidas pela CAPIR, a sua relação existente entre o Estado e sua atuação junto ao contexto local, antes e após a parceria firmada com o Projeto Cooperar.

A técnica de triangulação foi utilizada para a validade e a credibilidade dos resultados (PAIVA JÚNIOR; LEÃO; MELLO, 2011). Embora a cooperativa seja de produção e comercialização de mel e seus derivados, espera-se o surgimento de temas comuns a outras cooperativas, negócios e mercados, principalmente envolvendo o Terceiro Setor e suas parcerias com a máquina pública.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a percepção dos instrumentos utilizados para compreender os impactos da relação do Estado, por meio do Projeto Cooperar, junto às atividades da Cooperativa de Apicultores de Itaporanga e Região (CAPIR), passa-se à análise e à interpretação dos resultados da pesquisa.

4.1 Aspectos relacionados às atividades desenvolvidas pela CAPIR

Essa seção vem responder ao objetivo específico “Descrever o conjunto de atividades desenvolvidas pela CAPIR frente a sua atuação no contexto local”, por meio dos depoimentos relacionados às visões que os sujeitos envolvidos na pesquisa possuem quanto a esta variável.

A atividade apícola no município de Itaporanga foi inicialmente estimulada em 1996, e, segundo a narrativa dos associados à CAPIR, a produção de mel obteve um relevante incremento, determinante para a complementação da renda familiar:

[...] após 1996, outros agricultores foram incentivados a serem criadores de abelhas em outras regiões do município, na expectativa que o resultado seria bem maior e positivo para o agricultor familiar, bem como para o município. Nesse espírito de coletividade, buscaram doações de colmeias para outros agricultores e estes, juntamente começaram a disseminar essa atividade por toda região (E1-cooperado).

Logo após o início da atividade apícola em Itaporanga, não me recordo bem certo o ano, alguns apicultores sentiram a necessidade de capacitação e treinamentos para

trabalharem de forma mais especializada, foi então quando procuraram articular na procura por melhorias e estruturação da cadeia produtiva do mel na cidade (E2-cooperado).

Segundo documentos extraídos da CAPIR (Projeto Produtivo de Apicultura – CAPIR), a busca pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) para realizar cursos de capacitação entre os cooperados foi um passo essencial para o desenvolvimento da atividade apícola em Itaporanga. O depoimento abaixo revela essa comprovação:

[...] após alguns treinamentos os apicultores foram adquirindo conhecimento e experiência e a produção de mel foi sendo ampliada ano a ano, bem como, a iniciativa que serviu para outros produtores começarem a envolver todos os agricultores interessados na apicultura (E3-agente regional do cooperar).

Em 1997, pleitearam, junto ao Banco do Nordeste, investimentos para a aquisição de implementos necessários à melhoria e ao desenvolvimento da atividade apícola. Depois de anos de desenvolvimento desta atividade com práticas ainda individuais, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) iniciou, em 1999, palestras e cursos de motivação e conhecimento da atividade e resgatou a unidade do grupo, passando a congregar 20 associados (PROJETO PRODUTIVO DE APICULTURA – CAPIR), todos trabalhando de forma unida. O que se apresenta na fala seguinte:

[...] a partir de 1997, os apicultores de Itaporanga continuaram buscando novos conhecimentos e apoio para se aperfeiçoarem na profissão. Sentiram a necessidade de migrarem para uma cooperativa, haja vista os impedimentos legais que uma associação tem para comercializar seus produtos foram sanados. Foi quando surgiu a Cooperativa dos Apicultores da Região – CAPIR, com um grupo entre 20 e 25 cooperados, não me recordo ao certo, sendo que todos estes antes, eram participantes de uma mesma associação (E1-cooperado).

Segundo os entrevistados, em 2010, mediante o comprometimento dos sócios fundadores, o atual presidente da cooperativa procurou o Banco do Brasil local, que se prontificou a apoiá-los na formatação e viabilização de recursos para melhor estruturar a atividade ora desenvolvida pelos cooperados. A luta foi grande, tendo sido necessária a mobilização, divisão de tarefas e comprometimento de todos os sócios, devido aos prazos a serem cumpridos pelo banco.

Ainda no mesmo ano, o Projeto Cooperar da Paraíba, vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado, por meio do Programa de Redução da Pobreza Rural (PRPR), que, a partir da elevação da renda da CAPIR, contribuiu com a liberação de recursos para o desenvolvimento socioeconômico dos cooperados.

Deve-se destacar que a contribuição do Projeto Cooperar deu-se como mecanismo de desenvolvimento e crescimento da atividade apícola na CAPIR. Os apicultores que antes tinham dificuldades de desenvolver suas atividades, desenvolvem-nas, atualmente, com eficiência. À vista disso, a pesquisa se preocupou em identificar suas atividades por meio da fala dos sujeitos:

Fazemos um manejo seguro com as abelhas graças aos equipamentos que recebemos das parcerias com o Governo (E4-cooperado).

As nossas atividades consistem em fazer a colheita do mel periodicamente. Ainda, cada apicultor faz a manutenção do seu apiário, que exige de nós visitas frequentes para as tarefas de remoção de mato perto das colmeias, revisão das caixas e colheita, dentre outros serviços no apiário, na preparação das colmeias e quadros (E1-cooperado).

Fazemos a verificação constante se há excedente de mel para colheita, se a rainha está fértil (a produzir crias), se não há formigas, se não há traças, se existe cera em quantidade suficiente. O serviço é trabalhoso, mas vale muito a pena (E2-cooperado).

Para extração do mel normalmente é usado uma centrífuga comparada com recursos do Cooperar. Na centrífuga são colocados os caixilhos móveis com os favos de cera que contêm o mel, a partir daí é extraído o mel que vai para no tambor externo da centrífuga e escorre para o reservatório (E1-cooperado).

O clima influencia muito nas atividades da CAPIR, as prolongadas secas ocorridas aqui no sertão prejudicou bastante na produção de mel (E3-agente regional do cooperar).

O texto exibido nas falas dos sujeitos apresenta informações essenciais para entender como funcionam as atividades desenvolvidas pela CAPIR, corroborando Antunes (2018), para quem o clima, o lugar, o pasto apícola, a rainha, o manejo correto com o apiário, tudo tem influência na produção do mel.

Percebe-se ainda a importância dos incentivos que a cooperativa vem tendo nesses últimos anos, pois, conforme Brandsen e Johnston (2018), para ter um desenvolvimento econômico significativo, é necessário buscar meios que possibilitem a CAPIR a produzir uma maior quantidade de mel e de seus derivados, como também repassar para o comércio um produto de melhor qualidade. A Figura 1 mostra como é feito o trabalho de produção de mel pelos cooperados.



Figura 1: Cooperados trabalhando na produção do mel.

Torna-se evidente que, para que as atividades desenvolvidas pela CAPIR sejam singulares, são necessários vários fatores positivos que contribuam para a produção do mel. Por isso, é essencial a presença do Estado como instrumento de participação econômica e fomentador de

projetos de reorganização produtiva, assim como estabelecendo parcerias diretas com o Projeto Cooperar da Paraíba, investindo diretamente no estímulo à criação e à consolidação nas atividades na CAPIR.

4.2 Relação entre o Projeto Cooperar e a CAPIR

A análise da experiência concreta de relação entre o Estado e o Terceiro Setor, em especial o cooperativismo, é apresentada, nesta sessão, para esboçar a parceria entre o Projeto Cooperar da Paraíba e a Cooperativa dos Apicultores de Itaporanga e Região – CAPIR, segundo objetivo específico do estudo.

Assim, nessa relação entre o Projeto e a CAPIR, compreende-se a promoção de ações de caráter comunitário. Desse modo, como aponta a fala do técnico do Cooperar (E3-técnico), pode-se compreender como se deu essa relação:

O Projeto Cooperar é uma ação do Governo Paraíba em parceria com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), e que consideramos representar uma das mais importantes políticas públicas de enfrentamento à pobreza rural no estado. Por isso, sua atuação em especial é apoiar o Cooperativismo e o Associativismo, na identificação, no planejamento, na execução e na operação dos seus investimentos. Dessa maneira, a CAPIR buscou subsídios do cooperar para seu desenvolvimento, e essa parceria se concretizou com o projeto de apoio a produção de mel, com a liberação de recursos físicos e financeiros promovidas pelo Estado da Paraíba por intermédio do cooperar (E3-técnico).

Podemos constatar que o argumento proferido pelo entrevistado (E3-técnico) coaduna com o pensamento de Brandsen e Johnston (2018), quando afirmam que há integração de diversas ações do governo visando à promoção do desenvolvimento regional por meio de parcerias com o Terceiro Setor, o que compreende organizações cooperativas e associações. Essas ações do Estado produzem políticas incisivas que impetram mudanças econômicas e sociais. Além disso, autores como Salamon e Sokolowski (2016) e Junqueira (2004) integram essa discussão, referindo-se às parcerias do Estado como experiências democráticas direcionadas ao controle socioeconômico.

Podemos averiguar esses argumentos no discurso proferido por alguns entrevistados:

[...] a CAPIR ganhou muito com essa parceria. Recebemos do cooperar uma contrapartida significativa de investimentos físicos e financeiros (E4-cooperado).

[...] a CAPIR, adquiriu por meio do Projeto Cooperar, um Mini Entrepósito de mel com 116,40m² de área construída, que hoje podem ter o poder de comercialização do produto na região, o que só depende deles agora, e podem dar suporte a Casa do Mel da comunidade Porções no município de Diamante/PB e no município de Bonito de Santa Fé, também construída com recursos do projeto Cooperar (E3-técnico).

Integrei na cooperativa porque a disponibilidade de adquirir recursos e auxílio de programas de incentivo ao produtor rural é melhor. O governo do estado da Paraíba mesmo nos ajudou bastante com recursos para a construção da nossa casa de mel (mini

entrepasto) aqui em Itaporanga e a Fundação Banco do Brasil nos contemplou com um pequeno caminhão para transporte dos nossos produtos. Tudo isso facilitou muito a nossa produção e comercialização do mel (E1-cooperado).

A Figura 2 mostra o minientrepasto de mel adquirido por meio do Projeto Cooperar da Paraíba e o veículo utilitário (caminhão baú) adquirido por intermédio da Fundação Banco do Brasil.



Figura 2: Minientrepasto de mel e caminhão.

As parcerias e projetos elencados na fala dos cooperados sinalizam a possibilidade de uma produção calcada em estímulo e participação de diversos atores públicos envolvidos, garantindo-lhe maiores níveis de qualidade a produção de mel da CAPIR. Assim, é essencial apontar o desfecho da CAPIR antes e após sua parceria com o Projeto Cooperar da Paraíba.

4.3 Atuação da CAPIR antes e após a relação com o Projeto Cooperar

Essa seção vem responder aos objetivos específicos “Relatar a atuação da CAPIR junto ao contexto local antes da relação existente com o Estado” e “Apontar a atuação da CAPIR junto ao contexto local a partir da parceria firmada com o Projeto Cooperar”, por meio dos depoimentos relacionados às visões que os sujeitos envolvidos na pesquisa possuem quanto a esta variável.

Todo o processo de crescimento da CAPIR foi sustentado pelo desejo de tornar uma cooperativa eficiente e autossustentável na produção e comercialização de mel. Porém, antes das parcerias com o Estado, a CAPIR tinha muitas dificuldades desde a extração do mel até sua comercialização, Como apresentado na fala do entrevistado:

[...] antes das parcerias com a Emater, Embrapa, Secretaria da Agricultura do município e principalmente com o Projeto Cooperar, a gente tinha muita dificuldade no armazenamento do produto, pois fazíamos isso nas casas de 2 ou 3 cooperados e com isso afetava a qualidade do produto. Equipamentos para extração e manuseio do mel a gente até tinha, porém ainda com a melhoria de hoje (E1-cooperado).

A necessidade de desenvolver atividade apícola pelos cooperados prevalecia sobre as condições precárias, isto é, ausência de infraestrutura, dificuldade na coleta e manuseio do mel, além de circulação do produto no mercado. O discurso do entrevistado (E1-cooperado) corrobora com Benetti (1984), quando afirma que a necessidade de possuir recursos materiais e financeiros

tornou-se indispensável ao financiamento dessas atividades. Assim, autores como Ricard (2018), Melo e Scopinho (2018) e Schneider (2012) declaram que a intervenção do Estado é instrumento de política pública para a intervenção no Terceiro Setor, por meio do cooperativismo, visando, como objetivo mínimo, a estabelecer as condições de produção e, como objetivo máximo, a assegurar as condições de acumulação de segmentos produtivos por meio de cooperativas. Mas, nas circunstâncias em questão, sua ação tem também sentido político, pois objetiva intervir e "dar solução" a problemas socioeconômicos latentes ou expressos e/ou introduzir em cena atores que contribuem nesse cenário como apresentado na fala seguinte:

A parceria com o Projeto Cooperar possibilitou a construção do mini entreposto de mel, 01 (uma) máquina de sachê, 01 (um) homogeneizador e 01 (um) desumidificador. orçado em R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais) (E1-cooperado).

Ainda segundo o agente regional do Cooperar, foram também fechadas parcerias com a Fundação Banco do Brasil, que contemplou a cooperativa com 01 (um) veículo utilitário (caminhão baú). Outra parceria foi com um empresário da região que fez a doação do terreno para a construção do Minientreposto. Os recursos do projeto foram liberados no final de 2012, o que trouxe outros benefícios para a cooperativa, conforme o depoimento:

O local hoje tem desde o beneficiamento, com extração do mel, higienização, embalagem, rotulação, mas ainda precisamos do Selo de Inspeção Federal – SIF, que estamos pleiteando junto ao Ministério da Agricultura, para ampliar comercialização do nosso produto (E2-cooperado).

Apesar de a parceria com o Estado ser um fator positivo para a maioria dos cooperados, alguns entrevistados identificaram que ainda existe desvantagem para exercer a atividade apícola atualmente.

Acredito que uma vantagem significativa pra mim é que na cooperativa eu adquiri mais direitos que me proporcionaram uma abertura maior para comercializar meu produto. Também me sinto mais seguro em todas as etapas de produção e comercialização do mel. Tive mais facilidade em adquirir projetos para o apiário. E maiores oportunidades em me especializar através de cursos oferecidos pelo SEBRAE, SESI, PRONATEC/IFPB entre outros (E2-cooperado).

Quando eu entrei na cooperativa ela já havia adquirido recursos através de várias entidades, e pra mim ingressar nesse momento que a cooperativa está em alta foi uma grande vantagem significativa. As desvantagens acontecem mais em época de seca, pois a falta de chuva prejudica a florada que se torna insuficiente para produção de mel. Na última seca nossa produção teve uma queda significativa com relação a anos anteriores, e isso nos afetou muito. (E1-cooperado)

Pra mim as vantagens foram muitas, minha renda aumentou, já cheguei a produzir 50kg de mel por colheita, e essa renda extra me ajuda a investir também na agricultura, pois eu sou agricultor e sobrevivo com isso. As desvantagens são a dificuldade em adquirir enxame de abelhas que produzam um mel com mais qualidade, e outras que produzam uma maior quantidade. Temos também dificuldades em adquirir abelhas sem ferrão. A falta desses tipos de abelhas nos prejudica bastante aqui na cooperativa (E4-cooperado).

Todo o portfólio da atividade apícola da CAPIR traz, assim, uma narrativa de sofrimento e dificuldades como pano de fundo, essencialmente ligada às questões climáticas. Em vista disso, todos os cooperados acreditam na intervenção do Estado, em aspectos de parceria e/ou cooperação, somando-se, ainda, a dedicação e, acima de tudo, o trabalho árduo.

5 CONCLUSÕES

Partimos da necessidade de apresentar evidências conclusivas dos resultados gerados neste estudo, fruto do esforço analítico que demonstrou aspectos os quais retomam o questionamento inicial da pesquisa: **quais os impactos da relação do Estado, por meio do Projeto Cooperar, junto às atividades da Cooperativa de Apicultores de Itaporanga e Região (CAPIR)?**

Para atingir o objetivo geral e responder à pergunta de pesquisa, foi necessário elaborar questões que identificassem o conjunto de atividades desenvolvidas pela CAPIR, sua relação com o Estado e sua atuação antes da parceria com o Projeto Cooperar da Paraíba, como também após.

Os resultados apontam que as atividades desenvolvidas pela CAPIR vêm se consolidando, diante da necessidade de buscar recursos financeiros, por meio de relacionamentos e processos de cooperação, respaldados, em sua grande maioria, pelo modelo da Hélice Tríplice de interação terceiro setor-governo-cooperativismo.

A relação existente entre a CAPIR e o Estado, por meio do Projeto Cooperar, o estreitamento das relações de interação e o elemento confiança, que gera credibilidade entre os parceiros, tornam-se de fundamental importância, visto que as ações dos apicultores estão predominantemente inseridas na categoria da interação cooperativista.

O posicionamento em defesa da atuação da CAPIR junto ao contexto local a partir da parceria firmada antes do Projeto Cooperar – e também após – evidencia a prevalência de ação político-social, diálogo e ação do governo e do Terceiro Setor, o que tem evidenciado uma preocupação do Estado de realizar ações que buscam pela convergência de interesses, em prol de benefícios mútuos da CAPIR.

Em relação às limitações do presente estudo, podemos destacar que se configura num recorte, observando apenas a perspectiva qualitativa dos dados, atribuída, assim, aos procedimentos metodológicos utilizados. E as condições de constantes transformações no Terceiro Setor, assim como sua parceria com o Estado como um todo, tornam-no ainda pequeno com relação aos seus achados, sendo necessário o acompanhamento das novas práticas emergidas para o desenvolvimento de novos estudos sobre o terceiro setor.

Nesse caso, como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se ampliar a investigação para o desenvolvimento de estudos futuros que contemplem essa ação e a formação dos laços por meio do Terceiro Setor e do Estado, sob um olhar mais aprofundado, no sentido de completar as ideias expostas neste estudo e para que possa ser possível a geração de subsídios de comparação.

REFERÊNCIAS

1. ABRAMSON, Alan J. **The Third Sector: Community Organizations, NGOs, and Nonprofits** By Kallman, Meghan Elizabeth, and Terry Nichols Clark. 2018.
2. ANTUNES, Cátia Sofia Vieira. **Análise do setor da apicultura: o mel**. 2018. Tese de Doutorado.
3. BACKHAUS, J.; PEL, B.; BAULER, T. **Institutionalization processes in transformative social innovation: Capture dynamics in the social solidarity economy and basic income initiatives**. In: **Social Change and the Coming of Post-Consumer Society**. Routledge, 2017. p. 78-94.
4. BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Educação ambiental comunitária. Uma experiência com a técnica de pesquisa *snowball* (bola de neve). **Revista Eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 27, pp. 44-60, 2011.
5. BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
6. BENETTI, M. D. Elementos para a discussão das relações entre Estado e Cooperativismo. **Ensaio FEE**, v. 5, n. 2, p. 163-168, 1984.
7. BORZAGA, C.; SALVATORI, G.; BODINI, R. **Social and solidarity economy and the future of work**. Euricse Working Paper for the ILO/International Labour Office, Geneva: ILO, 2017.
8. BRANDÃO, P. M.; SILVA, F. R. M; FISCHER, T. Potencialidades do artesanato no desenvolvimento de destinos turísticos criativos e sustentáveis. In: **Book of Proceedings – Tourism and Management Studies International Conference Algarve 2012**. Vol. I. Algarve, Portugal, 2012.
9. BRANDSEN, T.; JOHNSTON, K. Collaborative governance and the third sector: something old, something new. In: **The Palgrave Handbook of Public Administration and Management in Europe**. Palgrave Macmillan, London, 2018. p. 311-325.
10. CANAZILLES, Karolinne Sotomayor Azambuja; ALVES, Gilberto Luiz; MATIAS, Rosemary. Comercialização do artesanato Kinikinau na cidade ecoturística de Bonito, Mato Grosso do Sul, Brasil. PASOS. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 13, n. 5, p. 1171-1182, 2015.
11. CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed. Porto alegre: Artmed, 2010.
12. FRANÇA FILHO, G. C. **Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais**. 2002.
13. JUNQUEIRA, L. A. P. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**, v. 13, p. 25-36, 2004.
14. KELLER, P. F. O artesão e a economia do artesanato na sociedade contemporânea. **Revista de ciências sociais-política & trabalho**, v. 2, n. 41, 2015.
15. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
16. LAVILLE, Jean-Louis. **L'économie solidaire: une perspective internationale**. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

17. LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. V. **O discurso coletivo**. Um novo enfoque em pesquisa qualitativa (Desdobramentos). 2. ed. Caxias do Sul, RS: Educacs, 2005.
18. MELO NETO, Francisco Paulo, FROES, César, **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitumark, 2001.
19. MEREGE, L. C.; ALVES, M. A. Desenvolvendo a filantropia empresarial através da educação: uma experiência brasileira. **Cadernos do III Setor**, São Paulo, FGV/EAESP, 1997.
20. MELO, T. G.; SCOPINHO, R. A. Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis. **Sociedade e Estado**, v. 33, n. 1, p. 63-86, 2018.
21. MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12 ed. São Paulo. Hucitec: 2010.
22. OLIVEIRA, A. A. R. **A COMPATIBILIDADE ENTRE AS COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS E AS COMPETÊNCIAS INDIVIDUAIS: um estudo de caso das organizações não governamentais na cidade de João Pessoa-PB**. 2009.
23. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Promoção das Cooperativas, recomendação 193, 2002. Lisboa, 2006**. Disponível em: Acesso em: 19 set. 2018.
24. PAIVA JR, F. G.; LEÃO, A. L. M. S.; MELLO, S. C. B. Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em Administração. **Revista de Ciências da Administração**. v.13, n.31, p.190-209, set/dez, 2011.
25. RICARD, E. *et al.* The impact of information and communication technologies in agroecological cooperativism in Catalonia. **Agricultural Economics**, 2018
26. SALAMON, L. M.; SOKOLOWSKI, S. W. Beyond nonprofits: Re-conceptualizing the third sector. **VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 27, n. 4, p. 1515-1545, 2016.
27. SCHNEIDER, J. O. A doutrina do cooperativismo: análise do alcance, do sentido e da atualidade dos seus valores, princípios e normas nos tempos atuais. **Cadernos de Gestão Social**, v. 3, n. 2, p. 251-273, 2012.
28. STAKE, R. **A arte da investigação com estudos de caso**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.
29. TENÓRIO, Fernando. **Gestão de ONGs: principais funções gerenciais**. Rio de Janeiro: 2001.
30. YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
31. ZANIN, M.; GUTIERREZ, R. F. (Orgs.). **Cooperativas de Catadores: Reflexões sobre Práticas**. São Carlos. Claraluz, 2011.

